

Lavelle e o neokantismo

OLAVO DE CARVALHO

Notas para a aula de 23 de março de 2013 do Seminário de Filosofia

Para compreender um filósofo, dizia Benedetto Croce, é preciso saber contra quem ele se levantou polemicamente. Louis Lavelle achava as polêmicas inúteis, mas nem por isso os adversários que ele teve de remover do caminho para construir o seu *opus metaphysicum* deixam de ser facilmente identificáveis. Eles são (1) o neokantismo, (2) o idealismo sintético de Octave Hamelin, e (3) o existencialismo niilista (mais tarde comunista) de Jean-Paul Sartre. Para examinar o primeiro deles, vou aqui, para abreviar o serviço, transcrever o resumo que Ernst Von Aster fornece do principal tema neokantiano tal como posto em voga pela Escola de Marburgo (Hermann Cohen e Paul Natorp):

“A busca de um absoluto, de um ser incondicionado, de uma origem primeira de todo ente encontra-se no centro mesmo da metafísica, quer se veja esse absoluto num deus ou na matéria, numa substância infinita, numa soma de mônadas ou na corrente e curso eterno de um devir e perecer constantes. Os neokantianos rechaçam uma metafísica do ser nesse sentido, isto é, um *ser* último, absoluto e incondicionado, colocando no seu lugar, em troca, uma esfera de *validade* incondicionada e absoluta. O reino do ser encontra-se, por assim dizer, ancorado nessa esfera de validade lógica. Não no sentido de que esta o proceda no tempo, ou seja a sua *'causa'*, mas como seu *'prius'* lógico.

Que é o ser e que é o ente? Não saberíamos de um ser se não fôssemos capazes de formular *juízos*. A resposta àquela pergunta nos é possível, não pela representação e sensação, mas só refletindo sobre a *conjunção* que efetuamos no juízo, a qual, do mesmo modo que o *'é'* da cópula, se acha também contida em todo juízo. Só com o juízo surge para nós o mundo do ser, o mundo da *'objetividade'*. Só no juízo se constitui, se cristaliza para nós o *'objeto'* como algo apreensível, reconhecível e captável no meio da mutabilidade dos fenômenos e no curso das sensações e da multiplicidade da intuição. O que cria um mundo objetivo do ser não é a mutabilidade multicolorida, o caleidoscópio das *'representações'* que surgem e desaparecem, mas só o ato do entendimento que identifica, relaciona, compara, acompanha e penetra esse caos de representações, só a *'síntese do conhecer'*; só para um ser que pensa e julga, não para um ser capaz exclusivamente de sensações e representações existe um *'ente'*. E, do mesmo modo que surge um mundo de objetos idênticos a si mesmos, surge também o sujeito único e idêntico, o *'eu'* que se conhece como tal no curso do tempo e na multiplicidade dos seus sentimentos e percepções; o eu surge somente como um *'eu penso'*, como o sujeito do pensar, como sua unidade subjetiva correspondente à

unidade objetiva. Sensações, percepções, representações não constituem uma verdadeira unidade real; nem a de um objeto sentido, percebido ou representado nelas, nem a de uma consciência que as sente ou as representa, a não ser que se achem relacionadas ou unidas umas com as outras intelectivamente. Se constituem, no entanto, a unidade de uma conexão intelectual, integram-se numa totalidade objetiva pensada por uma e mesma razão. O sujeito e o predicado constituem um objeto, a pressuposição e a conclusão uma unidade objetiva. Ao mesmo tempo, no entanto, o sujeito e o predicado têm de dar-se unidos *numa* consciência que os pense, e a premissa e a conclusão *numa* razão que as pense também. Toda unidade lógica é, ao mesmo tempo, correspondência objetiva, e toda conexão objetiva, isto é, todo ser, surge como unidade lógica, pensada. (...)

Que é a verdade? A antiga definição aristotélico-escolástica rezava: a verdade pode predicar-se dos nossos pensamentos sempre e quando estes coincidam com ‘seu objeto’; verdade é ‘*coincidência do pensar com o ser*’. Nesta definição, faz-se do ser o critério da verdade do pensar, o conceito da verdade pressupõe o do ser, pressupõe um mundo existente, com o qual o pensar tem de coincidir e a cuja *reprodução* tem, portanto, de tender (...). Para o neokantismo (...), o traço essencial da filosofia kantiana é que rompe com esses dois conceitos. A verdade não é o conceito derivado e o ser o conceito fundamental, mas ao contrário. O ser objetivo ou, em sentido mais estrito, ‘a realidade’, entendida como o ser dado na fenomenalidade sensível, sob o aspecto da multiplicidade da intuição, apresenta-se como uma esfera da verdade. É a soma daquilo que se constitui em conjunções intelectivas singulares, em juízos existenciais verdadeiros, adequados às normas da lógica e sustentáveis em relação com o curso da percepção. A verdade dos pensamentos é o critério do ‘ente’. Conhecer não é reproduzir, mas julgar, e julgar é pensar, isto é, relacionar pôr em conexão, síntese.”¹

Lavelle não duvida que o ser dado na fenomenalidade sensível seja apenas uma esfera dentro do campo da verdade, e não “o ser” absoluto e incondicionado no qual os escolásticos veriam a garantia da veracidade dos juízos. Porém, se a esfera da verdade transcende infinitamente a da fenomenalidade sensível, esta também não abrange nem esgota o campo inteiro daquilo que os aristotélicos e escolásticos entendiam como “ser”. Quando eles diziam que a coincidência com o ser é a garantia da veracidade dos juízos, isto se aplicava tanto a juízos referentes aos entes do mundo sensível quanto àqueles que diziam respeito a Deus, à eternidade, à vida após a morte etc.

¹ Ernst von Aster, *Introducción a la filosofía contemporánea*, trad. Felipe Gonzalez Vicen, Madrid, Guadajana, 1961, pp. 32-34. ***

O problema com a abordagem neokantiana é que ela identifica, sem razão, “ser” com “objeto”, e “objeto” com “ente do mundo sensível”. Esses entes, de fato, só adquirem a sua unidade, do ponto de vista lógico, por meio do juízo que os define. Mas, por um lado, se o juízo não expressa a unidade que o próprio objeto oferece à percepção -- no sentido, por exemplo, de que uma vaca não se confunde com o pasto --, então não há nenhuma garantia de que a unidade lógica do juízo seja mais que uma unidade fictícia fabricada pelo pensamento. E não adianta recorrer ao testemunho dos sentidos, se é verdade que estes, como pretende o neokantismo, só nos darão sempre fragmentos e fragmentos de fragmentos.

Em segundo lugar, o neokantismo confunde a busca do ser absoluto e incondicionado com a mera fixação conceptual dos entes captados na representação e na intuição. Neste sentido, seria rigorosamente impossível distinguir entre um mero ente matemático e o ser absoluto e incondicionado. As duas operações são radicalmente distintas: fixar e estabilizar os conceitos dos entes é uma coisa; buscar por baixo de todos eles o ser absoluto e incondicionado que os fundamenta é coisa totalmente diversa. Essa distinção escapa ao neokantismo.

Terceiro: Se os objetos só adquirem unidade pelo pensamento, e o próprio eu que pensa só se constitui quando fixado e estabilizado pelo mesmo pensamento, então tanto o eu quanto os objetos são apenas pensamentos, e faltaria então explicar esse mágico privilégio de um mero pensamento que, em vez de ser apenas pensado como os demais pensamentos, tem o dom de pensá-los. Se a absolutidade e incondicionalidade do ser fundamental é a mesma coisa que a estabilidade dos objetos estabilizados pelo pensamento, então “objetividade” e “ser” se tornam a mesma coisa. Nesse quadro, a subjetividade desaparece ou se torna um *deus ex machina* que, desde uma confortável posição de inexistência, constitui o mundo à imagem e semelhança das suas regras lógicas internas. Mas isto é, obviamente, incoerente com a crença de que o eu, a subjetividade pensante, é por sua vez somente um pensamento.

Quando se fala do “ser”, no sentido forte do termo, isto é, como fundamento último de tudo quanto existe, é forçoso que esse ser abarque, *ao mesmo tempo*, a fenomenalidade sensível e o eu pensante que a pensa, que pensa a si mesmo e que pensa a relação entre ela e ele próprio. O fato do pensamento, que é um dado de experiência, e, como se sabe desde Descartes, o mais imediato e inegável dos fatos, tem de estar necessariamente dentro do ser para que este possa ser concebido como absoluto e incondicionado. Ou seja, para que a verdade pensada pudesse ser o fundamento do ser, e não o inverso, seria necessário que o pensamento estivesse fora do ser, ou seja, que ele não existisse de maneira alguma. É evidente que se identificamos o ser com a realidade sensível, o pensamento está fora ou acima do ser. Mas então o pensamento teria de ser concebido tão somente como conjunto de relações *a priori* e não como atividade pensante real de seres humanos no tempo. Tão logo admitimos que o pensamento é uma atividade, temos de reintroduzi-lo no tempo. A pura validade lógica, como argumentavam os neokantianos contra o psicologismo, é realmente independente de que os pensamentos venham a ser pensados por um sujeito humano concreto, mas, na mesma medida em que o neokantismo alega que não conheceríamos objetos estáveis se não formulássemos juízos, é óbvio que se não tivéssemos o

pensamento como atividade real concreta, no tempo, não teríamos a menor possibilidade de saber o que é validade lógica.

O que Lavelle busca, então, é uma noção do ser que preceda a sua divisão entre sujeito e objeto. O pensar, aí, não é uma utópica instância superior ao ser, mas uma experiência que se dá *dentro* da existência; e o ser, para que o possamos admitir como absoluto e incondicionado, tem de conter em si o fundamento não só da objetualidade sensível, mas também do pensamento. O ser, portanto, tem de ser compreendido com a sua máxima abrangência, e aceito como um dado inicial anterior à divisão de objeto e sujeito, portanto, à própria “estabilização” dos objetos sensíveis pelo pensamento. O eu, nessa perspectiva, não aparece como um produto do pensamento, mas como um dado existencial sem o qual a operação estabilizadora seria impossível.

O método do conhecimento, portanto, não pode ser unilateralmente sintético como pretendem os neokantianos. Em vez de “construir” juízos que pela síntese de sujeito e predicado “estabilizem” o ser, temos de tomar o ser como um dado e analisá-lo.

19 de março de 2013